

GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E EFEITOS SOCIOESPACIAIS: A USINA HIDRELÉTRICA DE MIRANDA, NO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS –MG

LARGE HYDROELECTRIC ENTERPRISES AND SOCIOESPATIAL EFFECT: THE HYDROELECTRIC PLANT OF MIRANDA, IN THE MUNICIPALITY OF INDIANÓPOLIS - MG

Luiz Fernando da Silva Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia
Graduado em Geografia
lf_s_oliveira@hotmail.com

Vicente de Paulo da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
Doutor em Geografia
vicentept@hotmail.com

RESUMO

A crescente demanda na construção de grandes projetos hidrelétricos tornou o tema assunto privilegiado em discursos políticos e econômicos, nos meios de comunicação de massa e nos centros de pesquisa e tecnologia. Nesse sentido, pesquisas que buscam compreender as relações que se estabelecem nessas grandes construções têm se multiplicado, e cada vez mais, evidenciado os efeitos sobre as comunidades deslocadas e as novas formas de uso do espaço que surgem com a construção do empreendimento. Esse artigo tem o objetivo de discutir os efeitos causados pela construção de grandes empreendimentos hidrelétricos sobre o território, buscando compreender, as transformações sócio-espaciais causadas pela UHE de Miranda sobre os municípios que compõem sua área de influência. Dessa forma, buscou-se analisar a questão sobre o ponto de vista da população atingida pelo processo. Para tanto, aborda as noções de Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização, buscando compreender as novas territorialidades com a construção do empreendimento.

Palavras-Chave: Deslocamento compulsório, Grandes Empreendimentos, Usina Hidrelétrica de Miranda.

ABSTRACT

The increasing demand in the large enterprises of hydroelectric projects became the theme privileged in public and economic speeches in the mass mean of communication, research and technology centers. Thereby, researches seeking to understand the relationship that install on those huge buildings has been multiplied, increasingly, evidencing effects about the displaced communities and the new ways of space use where arises with the construction of the enterprise. This article aims discuss the effects caused by the construction of large hydroelectric enterprises on the territory,

compreending, the sociospatial changing caused by the UHE (Hydroelectric Plant) in the counties that compound your influence area. This way, we sought to examine the issue about the population point of view stroked by this process. For both, approaches the notion of concepts of territorialization -desterritoriaolization – reterritorialization, seeking to comprehend the new territorialities within the enterprise construction.

Key words: Compulsory Displacement, Large Enterprises, Hydroelectric Plant of Miranda

INTRODUÇÃO

A construção de grandes empreendimentos causa transformações de diversas ordens no território. Sustentado pelo discurso da modernidade, as obras invadem os lugares e provocam vários impactos de ordem natural e social, apontando para a maneira com que o desenvolvimento econômico suprime o território e toda ordem de relações estabelecidas entre os moradores. Essas construções promovem a desterritorialização e reterritorialização de milhares de pessoas baseada no discurso da modernidade, quando, na verdade, quando se trata de empreendimento hidrelétrico, o objetivo é unicamente a produção de energia.

Esse estudo empreende uma discussão sobreos efeitos causados pela construção de grandes empreendimentos hidrelétricos sobre o território, e busca identificar os deslocamentos compulsórios e as novas territorialidades criadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Miranda.

Evidenciando a função do Estado como órgão representante dos interesses da população de um país, é importante lembrar como seu papel é importante e definidor nas tomadas de decisão que garantem a execução dos grandes projetos. Com um discurso da modernidade, o Estado incentiva a construção de hidrelétricas e promove o deslocamento de famílias e comunidades, rompendo com as relações pré-estabelecidas e tratando o apego pelas coisas como sentimentos reducionistas. Com relação aos moradores desses locais, quando ocupam as áreas a ser tomadas para a execução da obra, são taxados de alheios ao progresso, o que poderia se traduzir no progresso de grupos econômicos no poder. Dessa forma, o papel do Estado enquanto arena de representação de interesses de grupos privados tem recebido a atenção crescente de pesquisadores em diversas áreas.

A análise, aqui apresentada, sobre a instalação da Usina Hidrelétrica de Miranda, no município de Indianópolis (MG), foi parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Efeitos Socioespaciais de Grandes Empreendimentos:Deslocamentos

compulsórios e os processos de territorialização/desterritorialização no rio Araguari-MG”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O projeto foi desenvolvido coletivamente pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos (NEPEGE), cadastrado no CNPq, e lotado no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Outras pesquisas são desenvolvidas no grupo, em nível de doutorado, mestrado ou de iniciação científica, cujo intuito é entender os processos que circundam a construção de grandes empreendimentos.

Metodologicamente, o trabalho do grupo seguiu uma dinâmica em que cada pesquisador se responsabilizou por um empreendimento hidrelétrico do rio Araguari-MG, porém todos compõem o projeto original. O rio Araguari é o objeto da pesquisa e foi estudado da nascente à foz, com vistas ao alcance dos objetivos propostos. Os empreendimentos hidrelétricos ao longo do Araguari compreendem duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (Pai Joaquim, no município de Santa Juliana e Cachoeira dos Macacos, no município de Perdizes), e quatro grandes obras que foram construídas nesse rio: Nova Ponte, Miranda, e o complexo Energético Amador Aguiar, formado por duas grandes obras, Amador Aguiar I e Amador Aguiar II. Com a execução dos trabalhos de campo e levantamentos sobre o número de pessoas deslocadas por essas obras, buscou-se entender como eram os territórios que foram submetidos ao processo de transformação e como são os novos territórios construídos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da década de 70 a questão energética se destaca entre as principais preocupações ligadas às ciências sociais e econômicas. A princípio o tema Energia se restringia bastante ao campo da filosofia e da física, porém a crescente demanda na construção de grandes projetos hidrelétricos tornou o tema assunto privilegiado em discursos políticos e econômicos, nos meios de comunicação de massa e nos centros de pesquisa e tecnologia. Dessa forma, inserido no contexto do crescimento da produção hidrelétrica, os estudos sobre impactos e transformações sócio-espaciais se atenta para a discussão de conceitos importantes para o entendimento desse processo, que se inicia na construção de um grande projeto e se desencadeia na redefinição daquele território e ocasiona o deslocamento compulsório.

Com a opção brasileira pela energia hidrelétrica, os grandes projetos hidrelétricos têm avançado e redefinido o território em todo país. Apoiado no discurso da modernização, esses projetos conseguem justificar ou idealizar a necessidade e as vantagens de sua construção, mascarando com discurso as diversas transformações causadas pelo empreendimento, que acaba por redefinir as características socioespaciais da região ao entorno. Sobre esses grandes projetos, Vainer (1992) traz a seguinte definição:

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos. (VAINER, 1992, p.34).

Nesse sentido, esses grandes projetos redefinem o uso de recursos naturais e humanos de forma a atender interesses econômicos do Estado e de grupos investidores, que com discurso de levar a modernização e o progresso, se apropria e redefine o território. Sobre o território Santos (2006) traz:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.(SANTOS, 2006, p.14)

Com base nessa abordagem, o território constitui uma dimensão do espaço ou uma construção social na qual as pessoas se reconhecem e sentem reconhecidas. Não se trata apenas de uma combinação entre aspectos naturais e sociais, mas também do sentimento de identidade que as pessoas constroem sobre ele. Assim, entende-se que deslocar essas pessoas em função da construção de um empreendimento, mais do que tirar pessoas do lugar em que moram e deslocarem para outros lugares, significa uma agressão a identidades espaciais e culturais que as pessoas constroem sobre o território.

Enquanto esses empreendimentos vão se multiplicando, milhares de pessoas são deslocadas de suas casas e lugares, se inserindo muitas vezes, como os maiores

prejudicados nesse processo de desenvolvimento acompanhado pelo discurso da modernidade. Essas pessoas deslocadas compõem um processo denominado por deslocamento compulsório, ou deslocamento forçado, que Almeida (1996) define como:

Um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (ALMEIDA, 1996, p.30)

O entendimento desses conceitos nos permite identificar a relação que se estabelece entre eles, e nos direciona no entendimento do processo de construção do parque energético brasileiro apoiado principalmente sobre as hidrelétricas, podendo avaliar assim, o caráter modificador que esses empreendimentos expressam sobre o território, o que desfavorece grandes populações envolvidas no processo.

USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL: histórico da expansão

Segundo Moreira (2012), o início da exploração de energia elétrica oriunda de hidrelétricas no Brasil está ligado a uma produção de pequena escala, praticado por pequenos produtores e distribuidores, fazendas e indústrias que queriam a autossuficiência em energia. Em 1883, durante o período do Brasil Império no governo de Don Pedro II, na cidade mineira de Diamantina, entrou em operação a primeira usina hidrelétrica do Brasil, localizada no Ribeirão do Inferno, um afluente do rio Jequitinhonha. A capacidade de produção dessa obra, diz a autora, era muito pequena comparada às hidrelétricas recentes, pois, gerava energia capaz de movimentar bombas d'água para desmonte das formações nas minas de diamante.

É com base nessa autora que se afirma que além de representar a primeira iniciativa brasileira na área de geração de energia, num período que a tecnologia de energiahidrelétrica ainda engatinhava em todo o mundo, a pequena hidrelétrica do Ribeirão do Inferno detinha outro grande feito para a época: possuía a maior linha de transmissão do mundo, com 2 km de extensão. Atualmente a usina encontra-se desativada sob concessão da atual Companhia Energética de Minas Gerais.

Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 5, n.1, p 70 - 85. Janeiro/Julho. 2015.

A partir de Ribeirão do Inferno, Minas Gerais e Brasil, conheceram um período de investimentos em outras pequenas hidrelétricas, que começaram a mudar o cenário da economia no País. Ainda no Brasil Império, Moreira traz que foram implantadas as usinas hidrelétricas da Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre, em 1885 na cidade de Viçosa, e a hidrelétrica denominada Ribeirão dos Macacos, datada de 1887. Dois anos mais tarde, época da proclamação da república, entrava em operação a hidrelétrica Marmelos, em Juiz de Fora, também em Minas Gerais, pertencente à Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Marmelos foi a primeira usina considerada de “grande porte”, com o potencial para abastecer a iluminação pública de Juiz de Fora.

Esse cenário começou a mudar já no fim do século XIX, Sobrinho (1963), entende que essa mudança se deve ao aumento na demanda do consumo de energia, marcando um período em que grandes companhias energéticas de origem estrangeira, começaram se inserir no sistema de produção energética brasileira. Segundo esse autor, em 1899 foi criada em São Paulo a *Railway Light and Power Company*, empresa canadense depois rebatizada de *São Paulo Tramway, Light and Power Company* e que mais tarde deu origem ao grupo Light.

O século XX, principalmente a partir da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, é marcado por um discurso de modernização brasileira, que seria impulsionada pelo desenvolvimento industrial do país. Pleiteando tal objetivo, o Estado privilegiava em seu plano de desenvolvimento o investimento em produção energética, deixando claro em seus relatórios de planejamento a opção pelo petróleo, que moveria o sistema de transporte e fomentaria o mercado automobilístico, e a energia hidráulica para abastecimento doméstico e industrial.

A importância de resolver o problema de energia e o de transporte em prol da modernização aparece repetidamente em conexão com a necessidade de desenvolvimento industrial. O desenvolvimento do setor elétrico se torna uma necessidade imediata para o desenvolvimento industrial do país.

Outra posição, um pouco mais específica, diz respeito ao sentido desse desenvolvimento, ao caráter privatizante presente nas propostas e planos defendidos por grupos importantes no país, ligados quase sempre ao capital estrangeiro. No entanto,

com a presença de pessoas dentro do Estado que defendem o investimento em empresas estatais para expansão da produção energética, as décadas de 1950 e 1960 marcam um razoável controle do Governo sobre o setor, com o desenvolvimento significativo de empresas públicas do setor, mas, aliado ao desenvolvimento também do setor privado.

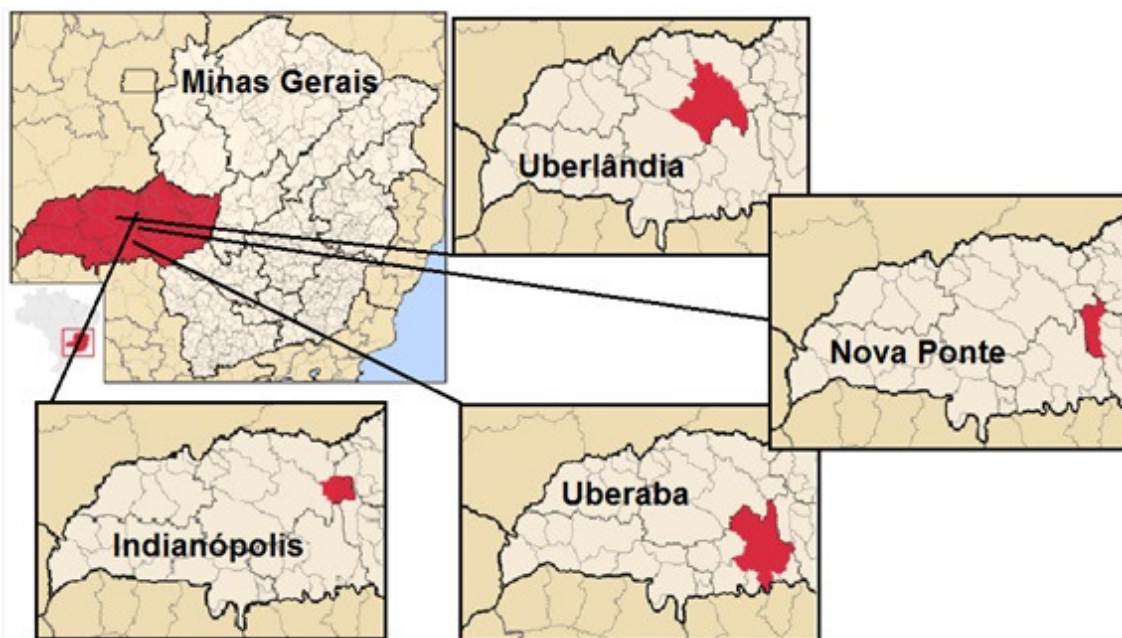
A partir desse período, especialmente no regime militar, o governo brasileiro tomou uma postura política de facilitar e atrair investimentos de empresas multinacionais em território nacional. Seguindo essa lógica, o Brasil passou por um momento de concessão de serviços em vários setores do sistema produtivo, inclusive na produção de energia. Dessa forma, o sistema energético brasileiro recebeu grandes companhias privadas, que se tornaram responsáveis por grande parte da produção de energia do país.

Baseado no discurso do progresso, o governo brasileiro conseguiu desenvolver a produção de energia. A opção pelas hidrelétricas, sustentada por um discurso um tanto determinista, se apóia nas potencialidades e características naturais brasileiras, e principalmente em questões e acordos geopolíticos ordenados pelo Estado e companhias privadas, promovendo o crescimento do setor hidrelétrico e o concretizando como principal fonte de energia para o abastecimento doméstico e industrial.

A USINA HIDRELÉTRICA DE MIRANDA

A área de estudo desta pesquisa, conforme se observa no mapa abaixo, compreende o entorno da Usina Hidrelétrica de Miranda, que abrange os Municípios de Indianópolis, Nova Ponte, Uberlândia e Uberaba, construída no médio curso do rio Araguari, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Segundo Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA (2012), a área situa-se entre as coordenadas 18°, 54' e 44'' de latitude sul e 48°, 02' e 29'' de longitude oeste.

IMAGEM 1 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA
USINA HIDRELÉTRICA DE MIRANDA



Fonte: Org. OLIVEIRA, L.F.S. 2014.

A Usina Hidrelétrica de Miranda é parte de um complexo de usinas programadas para o vale do Rio Araguari. Suas obras se iniciaram no ano de 1990 e se estendeu por oito anos, sendo inaugurada no ano de 1998. Seu reservatório, de acordo com RADA (2012) inundou uma área equivalente a 51,86 km², sua barragem apresenta uma altura máxima de 79 m e 2050 m de comprimento, e a potência instalada da usina é de 408 MW, sendo três Unidades Geradoras com potência de 136 MW cada. Seu prazo de concessão foi de 23 de Dezembro de 1996 a 23 de Dezembro de 2016. CEMIG (2003).

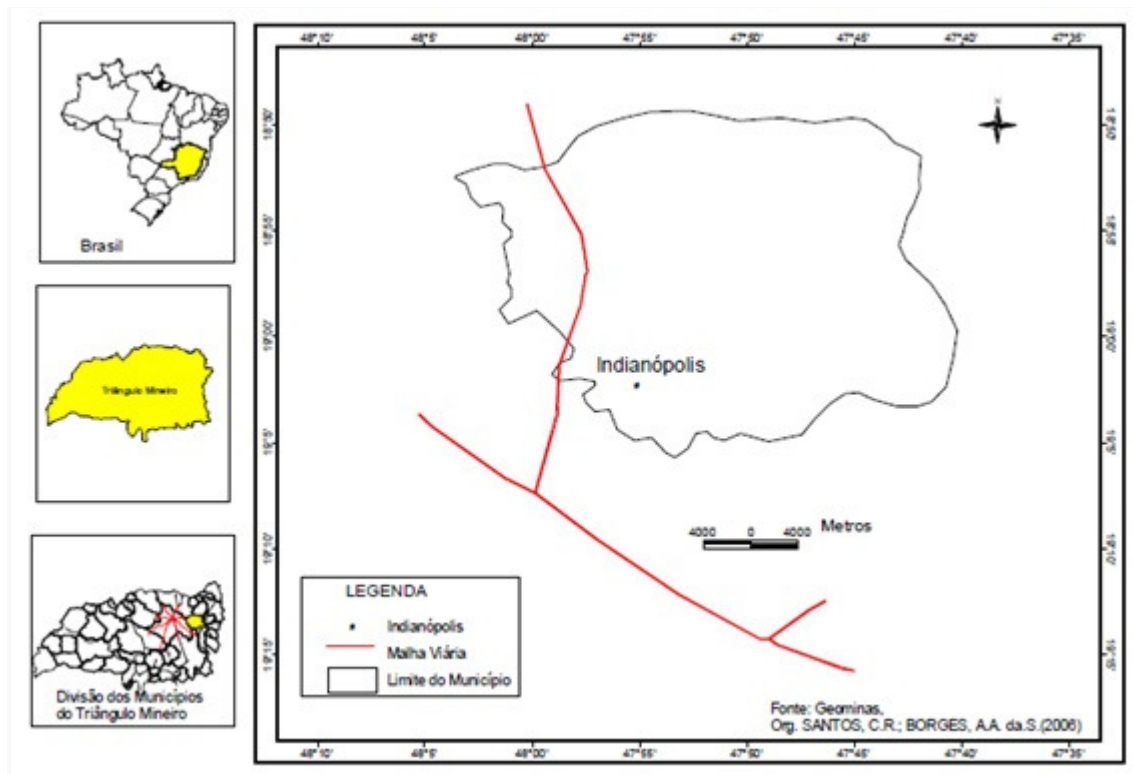
IMAGEM 2 - UHE DE MIRANDA



Fonte: Usina Hidrelétrica de Miranda, CEMIG, 2003.

Indianópolis foi o município mais atingido pela Hidrelétrica de Miranda. Para enriquecer a análise sobre a construção da usina e sobre os impactos sócio-espaciais que ela causou, resgatou-se brevemente o processo histórico de evolução do município de Indianópolis e da construção da Usina de Miranda. O mapa apresentando abaixo organizado por Santos e Borges (2006), identifica o município.

IMAGEM 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS - MG



Fonte: SANTOS, C. R.; BORGES, A. A. S (2006)

Segundo Borges (2006) a Aldeia de Sant'Ana, atual Indianópolis, município mais afetado pela construção da usina de Miranda, foi fundada no período de 1741 a 1750, quando o coronel Antônio Pires de Campos chegou naquelas terras com os índios Bororós, vindos de Cuiabá para salvaguardar a passagem das estradas para aqueles que de São Paulo caminhavam-se para Goiás, à procura de ouro e pedras preciosas. A partir de então, outras tribos indígenas, como os Chacriabas, substituíram ou se integraram às demais tribos ali já existentes. Em 1816, Barão de Exchewege foi encarregado, pelo Governador da Província de Minas Gerais, de determinar os limites da área do Sertão da Farinha Podre, então recentemente anexada às Minas Gerais. Nesse mesmo ano ele relatou que Sant'Ana tinha 36 famílias, e que ao chegar à aldeia, só encontrou mulheres, pois os homens estavam nos seus trabalhos na roça. Tal fato indica que nesse momento da história a aldeia já não cumpria somente a função de salvaguardar passagens, já adquiria uma dinâmica de produção agrícola e uma ocupação mais efetiva da região.

Ainda em Borges (2006), o município de Indianópolis foi criado em 1923, a partir de então a cidade expandiu sua população e foi criado o arruamento que deu base a estrutura atual da cidade. Em 1950 foi construída a Usina de Mandaguari que abasteceu todo o consumo elétrico de Indianópolis até o ano de 1977, quando a CEMIG passou a fornecer energia para toda a região e a hidrelétrica de Mandaguari foi

Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 5, n.1, p 70 - 85. Janeiro/Julho. 2015.

desativada. Na década de 1980 o incremento dos serviços básicos, esgoto e água, o asfaltamento de parte de suas ruas e a melhoria nas casas trouxe um aspecto de modernização do espaço urbano, o que refletiu em um aumento significativo da população e potencializou a estrutura comercial e econômica da cidade, processo que se intensificou ainda mais com a construção da Usina de Miranda.

A construção de grandes projetos hidrelétricos implica na formação de reservatórios que concretiza um processo de interferência, que incide principalmente sobre as propriedades rurais, em alguns casos também áreas urbanas, localizadas na área do reservatório e seu entorno. No caso específico da Usina de Miranda, a criação do reservatório, apesar de ser considerado relativamente pequeno para esse tipo de empreendimento, ocasionou a inundação de centenas de hectares de terras, deslocamento compulsório e a redefinição do uso da terra na área afetada pelo empreendimento. Considerando-se que, por um lado a interferência da formação do reservatório em relação a área total dos municípios é muito pequena, por outro, a sua materialização significou a inundação permanente, total/parcial de 274 propriedades rurais, segundo RADA (2011)

A construção da Usina Hidrelétrica de Miranda atingiu em sua área de influência quatro municípios, que apresentam características socioeconômicas distintas e que foram atingidos de formas diferentes. De um lado, encontram-se os maiores municípios regionais, Uberlândia e Uberaba, que concentram os maiores centros urbanos e atividades urbano-industriais. Do outro, Indianópolis e Nova Ponte, que são municípios de menor representatividade no contexto regional e apresentam características socioeconômicas predominantemente rurais.

De acordo com RADA (2011), o enchimento do reservatório da UHE Miranda ocorreu nos meses de agosto e setembro de 1997, em que ocupou uma área total de 5.061 ha. Deste total, 1.202,5 dizem respeito à área ocupada pela calha do rio Araguari e 3.858,5 ha (76,25%) ocupados por proprietários rurais. O município com maior área afetada foi Indianópolis (1.822,94 ha), seguido do município de Uberlândia (1.284,06 ha), Nova Ponte (534,04 ha) e Uberaba (217,46 ha) (Quadro 01). A área ocupada pelo reservatório no total da área dos municípios com terras afetadas é de apenas 0,43%. Esta participação é diferenciada entre os municípios que compõem a Área de Influência.

Indianópolis teve 3,73% da sua área afetada pelo reservatório, seguido por Nova Ponte (0,49%), Uberlândia (0,37%) e Uberaba (0,06%).

TABELA 1 - ÁREA INUNDADA PELA UHE DE MIRANDA

MUNICÍPIO	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (ha)		
	Município	Afetada	%
Indianópolis	48.846	1.822,94	3,73
Uberlândia	344.129	1.284,06	0,37
Nova Ponte	108.589	534,04	0,49
Uberaba	391.987	217,46	0,06
Total	893.551	3.858,50	0,43

Fonte: CEMIG, RADA (2011)

Essas interferências começaram a se concretizar efetivamente na etapa de negociações com os proprietários, que se iniciou em 1994 e finalizou em 1997 – RADA (2012). Essa etapa não apresentou grandes problemas considerando o fato do lago de Miranda ser considerado de pequeno porte quando comparado a outros grandes empreendimentos de dimensões muito maiores. Apenas três proprietários tiveram suas propriedades completamente inundadas pelo lago de Miranda e tiveram que se deslocar para fora dela. A maior parte dos proprietários teve suas terras atingidas parcialmente e utilizaram os recursos da indenização para se deslocaram para dentro de suas próprias propriedades em áreas que não foram atingidas pelo lago.

Dessa forma, entende-se que os deslocamentos compulsórios não representaram transformações significativas nos municípios atingidos pela Usina de Miranda, já que os moradores deslocados se reterritorializaram na região, diferente de outros projetos onde moradores são deslocados para centenas de quilômetros.

Ao contrário do deslocamento compulsório, os fluxos migratórios direcionados para região causaram efetivas transformações sobre o território. As novas territorialidades surgiram não em razão da inundação das terras, mas sim do uso futuro do entorno, onde se verificou o enfraquecimento das relações socioeconômicas pré-estabelecidas. O aumento do aproveitamento do potencial do reservatório para o turismo, o lazer e a recreação, avançou sobre o modo de vida baseado na agropecuária característica da região, resultado de um processo histórico de centenas de anos. Neste

Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 5, n.1, p 70 - 85. Janeiro/Julho. 2015.

sentido, a perda de parte de suas propriedades em função da construção de diversos condomínios/loteamentos, quer seja como moradia permanente ou temporária, desfavorece os antigos proprietários, que são inseridos arbitrariamente em uma nova forma de organização, perdendo a identidade e o uso cultural daquele território e submetido em uma nova realidade que muitas vezes não é satisfatória para essa população.

Se por um lado as áreas inundadas corresponderam uma pequena porcentagem da área total dos municípios, por outro ela representou a desapropriação de 274 propriedades rurais, inundando áreas produtivas e redefinindo o uso do solo e as relações pré-estabelecidas naquele lugar. A inserção involuntária dos antigos proprietários em uma nova realidade e a perda de símbolos e das relações culturais inundadas pelo empreendimento causou insatisfação da população, o que foi percebido principalmente nos depoimentos dos moradores mais antigos da região, e em alguns casos, até o desenvolvimento de doenças relacionadas à afetividade.

O que tem acontecido com os rios brasileiros, claramente identificado nesse estudo no rio Araguari, é a substituição de suas paisagens naturais por grandes represas que se espalham por longo do rio, resultando em processos que transformam as características próprias e traços culturais da região atingida.

Chega-se ao ponto da discussão que se refere à maneira como o Estado posiciona-se diante da construção de empreendimentos hidrelétricos e as transformações espaciais causadas por ela. Pretende-se com esta abordagem evidenciar as estratégias utilizadas por grupos que se encontram em condições de poder para garantir a realização de grandes projetos. O uso do discurso da modernização tem sido o modo mais eficaz para convencer a população da área a ser ocupada pelo empreendimento. Com esse discurso o Estado compactua com grupos privados e age no sentido de favorecer seus interesses.

É importante lembrar o papel do Estado nas tomadas de decisão para assegurar a execução dos grandes projetos. Com sua forte presença, ele constitui uma garantia de execução do mesmo, ao tempo em que financia a destruição das condições existentes nos locais escolhidos para a implementação das obras (SILVA, 2007, p. 19)

Desde a opção pela energia hidrelétrica prevista já nos planos de desenvolvimento do governo na década de 1930, nas mãos de grandes Companhias estatais e privadas, com o apoio do governo brasileiro, as grandes obras começaram a se difundir por todo o território nacional. O Estado se apóia em estudos de avaliação ambiental, como o Estudo de Impactos Ambientais – EIA, que regulamenta normas e procedimentos a serem seguidos para construção de projetos que causem impactos sobre o meio ambiente, mas que não vem impedindo, pelo contrário, tem garantido a multiplicação de hidrelétricas em território brasileiro, e ao mesmo tempo, deslocando milhares de famílias de seus lugares e construindo novos territórios, favorecendo interesses de grupos privados em detrimento da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da construção de hidrelétricas normalmente tem sido escrita sob trama semelhante. Por intermédio do discurso, nega-se a relação afetiva do morador com seu espaço. Isso fica evidente quando a empresa propõe-se a indenizar somente as benfeitorias. Por outro lado, deslocam-se milhares de moradores, anunciando a sua modernização, bem como a da sua região. Interrompe-se um cotidiano, do homem, do lugar. Criam-se outros cotidianos sobre o mesmo lugar.

De forma geral, foram apresentadas algumas transformações que uma grande construção pode trazer a determinado lugar. A construção histórica com relação à produção de energia no Brasil mostra a opção pela energia hidrelétrica, que continua sendo uma tendência apoiada pelo governo, tendo em vista a grande expansão de nosso parque hidrelétrico e do grande número de projetos para construção de novas hidrelétricas. Nesse sentido, mostrou-se os impactos sociais negativos trazidos por essas construções e a omissão do Estado no sentido de pensar o Território em prol da população brasileira. Esta opção se deve ao fato de que os responsáveis pela execução de grandes obras evidenciam, e muito bem, os chamados efeitos positivos das obras, logo é preciso que alguém também evidencie os efeitos negativos.

O caso da Usina Hidrelétrica de Miranda tem suas particularidades, mas de maneira geral, reproduzem-se os impactos sociais já identificados na construção de outros grandes empreendimentos. Foi apresentado no corpo do trabalho, que 274

propriedades foram desapropriadas para a construção da hidrelétrica. A preocupação é apresentar como se constroem as tramas da desapropriação e de reterritorialização das pessoas atingidas por grandes empreendimentos, destacando como o lugar e cotidiano dessas pessoas vem sendo interrompidos em função da construção de usinas hidrelétricas.

A modernização dos lugares, expressa nos discursos estratégicos, tem garantido a ação dos empreendedores sobre territórios de vida já consolidados. A transformação desses lugares representa a arbitrariedade de grupos no poder, os quais vêem esses territórios de vida apenas como sinônimo de atraso, de sem importância, de passível de se indenizar com a força do dinheiro. Por outro lado, as pessoas que vivem nesses lugares vêem neles a razão de sua própria vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. MAGALHÃES, Sônia B; BRITTO, R. G.; CASTRO, E. R.(org).**Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996. V.2.

BRASIL. Resolução Conama. Nº 001, 23 de Janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em 18 de outubro de 2013.

BORGES, A. A. S. **Diagnóstico Ambiental e Propostas de Monitoramento da Área do Lago de Miranda Pertencente ao Município de Indianópolis – MG**. 2006,132 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. **Relatório Usina Hidrelétrica de Miranda**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://cemig.foinvest.com.br/ptb/2485/367_1_641_portugu%C3%AAs_apres_result_uhtm Miranda.pdf> Acesso em 09 de Novembro de 2012.

SUPRAM- Superintendência Regional de Regularização Ambiental **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA: Renovação da LO Nº 112 - UHE Miranda – Validade 11/02/2012**. Uberlândia, 2011.

MOREIRA, L. Ribeirão do Inferno: A primeira Hidrelétrica do Brasil. Disponível em: <http://www.memoriadaengenharia.com.br/obras_energia_ribeirao.php> Acesso em 11 de maio de 2013.

SANTOS, Milton. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

SILVA, V. P. Grandes Projetos e Transformação no Sentido do Lugar. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 21, 2007, 28p. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em 20 de Agosto de 2013.

SOBRINHO, B. L. **Máquinas para transformar cruzeiros em Dólares.** São Paulo: Fulgor, 1963.

VAINER, C.B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Recebido para publicação em 29/10/2014
Aceito para publicação em 15/06/2015